- b) Adequação do candidato ao grupo de disciplinas de Processos de Separação e Engenharia das Reacções da área científica de Engenharia Química;
- c) Prática lectiva no grupo de disciplinas para que foi aberto o concurso, nomeadamente a regência dessas disciplinas;
- d) Trabalho desenvolvido, sua qualidade, reconhecimento, especificidade e complexidade;
- e) Experiência profissional num instituto superior de engenharia do ensino superior politécnico.

5 — Serão excluídos os candidatos cujo currículo revele a não adequação dos mesmos à área científica e ao grupo de disciplinas para os quais o concurso foi aberto.

6 — Se o júri entender oportuno, os candidatos poderão ser convocados para uma entrevista profissional de selecção, que apenas servirá para aclarar dúvidas sobre a prova documental produzida e não para introduzir nova prova.

7 — Do *curriculum vitae* deverão constar:

7.1 — Habilitações académicas e formação complementar, incluindo:

- a) Graus académicos, indicando as classificações, datas e instituições em que foram obtidos;
- b) Outros cursos formais, a nível de graduação ou pós-graduação, com indicação da classificação, data e instituições em que foram obtidos;
- c) Frequência de acções de formação — deverão ser especificados a duração, data, local, orientadores dos cursos, a forma e o resultado da avaliação, quando existir, bem como todos os elementos que permitam avaliar o grau de participação e ou repercussão das acções de formação, na prática docente do candidato;

7.2 — Actividades pedagógicas:

- a) Experiência em orientação pedagógica, definição de metodologia e objectivos pedagógicos, elaboração de programas, experiência docente, regência de disciplinas, responsabilidade por aulas teóricas, práticas e laboratoriais — incluindo a concepção, especificação, aquisição e adaptação de equipamento para a sua realização —, seminários, orientação de projectos e estágios, assistência a alunos, trabalhos didácticos e pedagógicos;
- b) Participação, como docente ou especialista, em outras actividades pedagógicas relevantes, incluindo experiências de inovação, desenvolvimento curricular ou avaliação pedagógica;

7.3 — Actividade científica — participação em actividades e projectos de I&D, publicações, comunicações, participação em congressos e em reuniões científicas, missões científicas, devendo ser especificados a data, o local e o tipo de participação (com ou sem apresentação de comunicações);

7.4 — Actividade profissional — actividade desenvolvida, com indicação das instituições em que exerceu a actividade profissional e duração dessa actividade, nível de responsabilidade, projectos realizados, publicações e relatórios técnicos, participação em encontros de cariz profissional;

7.5 — Actividade de apoio à gestão no ensino superior — responsabilidade por órgãos, departamentos, cursos, grupos de disciplinas, unidades, laboratórios, apoio à actividade de gestão, apoio à gestão de infra-estruturas, participação em actividades de extensão, divulgação das actividades desenvolvidas e capacidade de angariação de benefícios para a escola;

7.6 — Na análise do currículo científico e pedagógico só serão considerados os trabalhos de que seja enviada cópia no processo de candidatura. Os candidatos devem apresentar todos os elementos que permitam a correcta caracterização e avaliação da actividade profissional e de apoio à gestão.

8 — A valoração relativa será feita de acordo com a seguinte fórmula:

$$C = (4CC + 3CP + 3APG) / 10$$

em que *C* representa a classificação final, *CC* representa o *curriculum* científico, *CP* o *curriculum* pedagógico e *APG* a actividade profissional e de gestão em institutos superiores de engenharia.

9 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a eliminação liminar dos candidatos.

10 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 — O processo de candidatura (constituído por requerimento e documentos referidos) deverá ser entregue directamente no Instituto

Superior de Engenharia de Coimbra, Rua de Pedro Nunes, 3030-199 Coimbra, ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, para o mesmo endereço.

12 — O júri, designado pelo conselho científico do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, terá a seguinte composição:

Presidente — Doutora Maria Nazaré Coelho Marques Pinheiro, professora-coordenadora do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

Vogais efectivos:

Doutor Manuel Carlos Andrade Ramos, professor-adjunto do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

Doutor Belmiro Pereira Mota Duarte, professor-adjunto do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

Vogais suplentes:

Licenciado Jorge da Silva Mariano, professor-adjunto do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

Mestre Maria Cidália Estrela Rosa, professora-adjunta do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

14 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

Edital n.º 13/2005 (2.ª série). — 1 — Faço público que, por meu despacho de 10 de Dezembro de 2004, e de acordo com o disposto nos artigos 15.º, 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, está aberto, pelo prazo de 30 dias consecutivos, a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental para provimento de uma vaga de professor-adjunto existente no quadro do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, conforme mapa anexo à Portaria n.º 18/97, de 6 de Janeiro, e estrutura orgânica definida pela Portaria n.º 1114/97, de 5 de Novembro, e despacho n.º 410/98 (2.ª série), de 8 de Janeiro, na área científica de Engenharia Civil (grupo de disciplinas de Construções).

2 — Ao presente concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

3 — Do requerimento de admissão a concurso, dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, deverão constar os seguintes elementos: nome completo, naturalidade, filiação, data e local de nascimento, residência actual, número de telefone, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, grau académico e respectiva classificação final, categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.

3.1 — O requerimento deverá ser acompanhado de:

- a) Cópia do diploma ou de certidão de atribuição do grau académico, com a respectiva classificação;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Certificado do registo criminal;
- d) Atestado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;
- e) Documento comprovativo do cumprimento da Lei do Serviço Militar
- f) Documento que comprove estar o candidato nas condições legais a que se refere o n.º 2 do presente edital;
- g) Quatro exemplares do *curriculum vitae* e um exemplar de cada um dos trabalhos de natureza científico-pedagógica mencionados no currículo, dactilografados ou impressos em formato A4 ou A5;
- h) Lista completa da documentação apresentada.

3.2 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *b*), *c*), *d*) e *e*) aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas alíneas.

4 — A selecção e ordenação dos candidatos será feita tendo em conta a adequação do candidato à área científica de Engenharia Civil e de acordo com a relevância do seu *curriculum* científico, pedagógico e de apoio às actividades de gestão (particularmente nos institutos superiores de engenharia) e profissional (na actividade de engenheiro civil).

5 — Serão excluídos os candidatos cujo *curriculum* revele a não adequação dos mesmos à área científica de Engenharia Civil, nomeadamente a licenciatura.

6 — Do *curriculum vitae* deverão constar:

6.1 — Habilitações académicas e formação complementar, incluindo:

- a) Graus académicos, indicando as classificações, datas e instituições em que foram obtidos;
- b) Outros cursos formais a nível de graduação ou pós-graduação, com indicação da classificação, data e instituições em que foram obtidos;
- c) Frequência de acções de formação — deverão ser especificados a duração, data, local, orientadores dos cursos, a forma e o resultado da avaliação, quando existir, bem como todos os elementos que permitam avaliar o grau de participação e ou repercussão das acções de formação, na prática docente do candidato;

6.2 — Actividade científica — participação em actividades e projectos de I&D, publicações, comunicações, participação em congressos e em reuniões científicas, missões científicas, devendo ser especificados a data, o local e tipo de participação (com ou sem apresentação de comunicações);

6.3 — Actividades pedagógicas (com indicação das instituições onde foram exercidas):

- a) Experiência em orientação pedagógica, definição de metodologia e objectivos pedagógicos, elaboração de programas, experiência docente, regência de disciplinas, responsabilidade por aulas teóricas, práticas e laboratoriais — incluindo a concepção, especificação, aquisição e adaptação de equipamento para a sua realização — , seminários, orientação de projectos e estágios, assistência a alunos, trabalhos didácticos e pedagógicos;
- b) Participação, como docente ou especialista, em outras actividades pedagógicas relevantes, incluindo experiências de inovação, desenvolvimento curricular ou avaliação pedagógica;

6.4 — Actividade profissional — actividades desenvolvidas como engenheiro civil, com indicação das instituições em que exerceram as actividades profissionais e duração dessa actividades, nível de responsabilidade, projectos realizados, publicações e relatórios técnicos, participação em encontros de cariz profissional;

6.5 — Actividade de apoio à gestão no ensino superior — responsabilidade por órgãos, departamentos, cursos, grupos de disciplinas, unidades, laboratórios, apoio à actividade de gestão, apoio à gestão de infra-estruturas, participação em actividades de extensão, divulgação das actividades desenvolvidas e capacidade de angariação de benefícios para a escola;

6.6 — Na análise do *curriculum* científico e pedagógico só serão considerados os trabalhos de que seja enviada cópia no processo de candidatura. Os candidatos devem apresentar todos os elementos que permitam a correcta caracterização e avaliação da actividade profissional e de apoio à gestão.

7 — A seriação e ordenação será feita de acordo com a seguinte fórmula:

$$C=3CC+3CP+3EP+AAG$$

em que:

- C — pontuação final;
 CC — classificação do *curriculum* científico;
 CP — classificação do *curriculum* pedagógico;
 EP — classificação da experiência efectiva no exercício da profissão de engenheiro civil;
 AAG — classificação da actividade de apoio à gestão no ensino superior.

7.1 — As classificações serão proferidas pelo júri numa mesma escala.

8 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a eliminação liminar dos candidatos.

9 — O processo de candidatura (constituído por requerimento e documentos referidos) deverá ser entregue directamente no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, Rua de Pedro Nunes, 3030-199 Coimbra, ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, para o mesmo endereço.

10 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 — O júri, designado pelo conselho científico do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, terá a seguinte composição:

Presidente — Doutor Joaquim dos Santos Rebelo, professor-coordenador do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

Vogais efectivos:

Doutor Carlos Manuel da Cruz Moreira, professor-coordenador do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

Licenciado Jorge da Fonseca Lourenço, professor-adjunto do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

Vogais suplentes:

Mestre António Manuel Cristóvão Santana e Silva, professor-adjunto do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

Mestre Joaquim José Oliveira Sousa, professor-adjunto do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra.

14 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE LISBOA

Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara

Despacho n.º 207/2005 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara de 26 de Novembro de 2004:

Maria Odete de Carvalho Lemos e Sousa, enfermeira-chefe, admitida nesta Escola, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção aduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e nos n.ºs 1 e 3, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio — autorizada a prorrogação da sua requisição por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004.

17 de Dezembro de 2004. — A Presidente do Conselho Directivo, *Elisa Maria Bernardo Garcia*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão

Despacho (extracto) n.º 208/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Novembro de 2004 do presidente do Instituto Politécnico do Porto:

Pedro Manuel Cintra Gaspar — rescindido, por mútuo acordo, o contrato administrativo de provimento, na categoria de equiparado a assistente, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004.

6 de Dezembro de 2004. — A Vice-Presidente, *Maria de Fátima Morgado*.

Despacho (extracto) n.º 209/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Novembro de 2004 do presidente do Instituto Politécnico do Porto:

Ana Isabel dos Santos Maia — rescindido, por mútuo acordo, o contrato administrativo de provimento, na categoria de equiparado a assistente, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2004.

6 de Dezembro de 2004. — A Vice-Presidente, *Maria de Fátima Morgado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

Despacho n.º 210/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Dezembro de 2004 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, por subdelegação:

Mestre Miguel Ângelo Felgueiras Bento Alves, equiparado a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País no período de 13 a 21 de Dezembro de 2004.

16 de Dezembro de 2004. — Pelo Presidente, (*Assinatura ilegível.*)